

2^a quinzena de maio de 1999

AD VERSO

Jornal da Adufrgs

nº 46

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

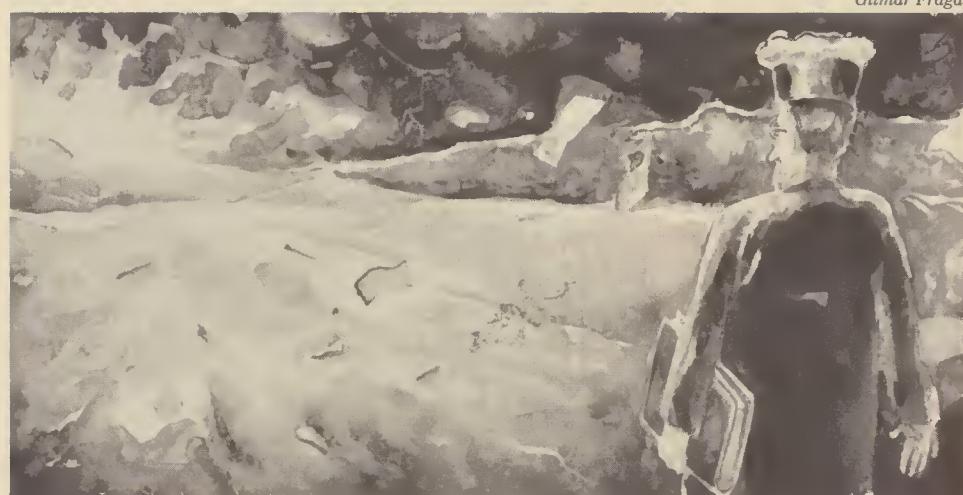
Cartas na mesa

Cópias de leis, projetos e diretrizes circulam de um lado para o outro dentro dos campi das universidades brasileiras. Páginas e mais páginas de boas intenções são as apostas que alimentam um jogo de interesses políticos e ideológicos para definir o futuro e a continuidade do sistema federal de ensino superior no país.

Páginas 6, 7 e 8

Renato Dagnino, encarregado dos temas de avaliação universitária e políticas de C&T na Andes-SN, faz um balanço dos sistemas de avaliação e pontuação para obtenção da Gratificação de Incentivo à Docência (GED).

Página 12



Autonomia e solidariedade

Esta edição do ADVERSO tem como matéria principal a autonomia da universidade, em que ficam evidenciadas as posições existentes sobre o assunto.

Nós, do movimento docente, temos discutido e construído ao longo de muitos anos uma proposta de autonomia que contemple o conjunto do sistema universitário que, no nosso entender, deve estar inserido na busca de alternativas para o desenvolvimento do Brasil.

O fato do atual governo ter abdicado de um projeto de desenvolvimento que tenha como referência os interesses da maioria da população e a inserção soberana na economia global faz com que sua visão seja de uma universidade centrada na formação de recursos humanos para uma economia e uma sociedade subordinadas ao interesse de grupos que prescindem da produção de conhecimento e tecnologia, uma vez que estes podem ser adquiridos no mercado global.

As turbulências da economia globalizada mostram os limites desta opção, assim como o seu caráter crescentemente excluente. Lutar pela universidade pública, de qualidade, gratuita e que seja socialmente referenciada como bem expõe nosso companheiro da Unicamp e Andes, Renato Dagnino (ver entrevista na página 12), é tentar preservar a chance de uma saída de desenvolvimento solidário e autônomo do nosso país, diferente da barbárie que nos é oferecida no presente.

Ato na Câmara

O corte de verbas da União para

as universidades federais e a consequente redução da qualidade do ensino e dos investimentos em pesquisa foram debatidos em 20 de maio em reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esportes (Cece) da Câmara Municipal de Porto Alegre.

A Adufrgs esteve representada por seu presidente, professor Carlos Schmidt, que reforçou a insatisfação com as medidas do governo federal, principalmente com a redução dos recursos para o ensino e a pesquisa, além do arrocho salarial. Somente com pessoal, as verbas do governo foram reduzidas de R\$ 5 bilhões, em 1997, para R\$ 4,8 bilhões, este ano. A dívida acumulada da Ufrgs, calculada em R\$ 44 milhões até o final de 1997, foi acrescida de R\$ 40 milhões no ano passado, quando houve uma drástica redução de recursos federais. As universidades públicas perderam 12,4% dos professores de graduação e pós-graduação entre 1990 e 1996, problema que tem sido enfrentado com a contratação de substitutos.

É gravíssima a proposta de autonomia do MEC em relação às universidades. O MEC está propondo contratos de gestão e isto é um passo para que o Estado rompa os compromissos públicos com as universidades. Como a proposta do MEC deverá entrar no Congresso Nacional em junho, o presidente da Cece, vereador José Valdir, propôs a rea-lização de um painel, na Câmara Municipal, no início do segundo semestre, para discutir a questão e possivelmente ajudar no encaminhamento das reivindicações dos professores universitários.

Seguridade Social

A Adufrgs apresentou duas ações para impedir o desconto dos aposentados e o aumento nas alíquotas dos professores em atividade. Nas duas, a Justiça concedeu liminar favorável, ficando o governo federal impossibilitado de cobrar a contribuição. Depois de notificada, a Ufrgs tem prazo de 60 dias para recorrer das decisões. A tendência é que o tribunal que julga este recurso negue a cassação das liminares porque o Supremo Tribunal Federal também já expediu liminar contra o desconto. Assim, mesmo com recurso da Ufrgs, as duas liminares deverão ser mantidas.

Governo via MPs

O Planalto governa através de Medidas Provisórias (MPs), reza o senso comum. Entretanto, é necessário que se diga: com o consentimento do Congresso. Desde a Constituição de 1988, foram reeditadas 3.743 MPs. Só para determinar reajustes no salário-mínimo, das quatro MPs editadas desde o Plano Real, foram necessárias pelo menos 83 reedições. As medidas provisórias têm que ser reeditadas a cada 30 dias para não perderem validade, mas o Congresso adiado a aprovação. Com isso, mantém o assunto em pauta na Casa, garante poder de barganha aos congressistas e os exime de responsabilidade. Torna-se evidente que, mais do que um impasse entre os poderes Executivo e Legislativo, a excessiva edição de MPs reflete um modo de governar.

CARTAS

O Andes-SN ou a Andes-SN? Para além da incorreção gramatical a insustentável e autoritária intromissão na concepção política

Que os jornalistas da Adufrgs-SSind e a diretoria queiram usar um artigo definido feminino (a) antes de um nome masculino (sindicato) sinceramente não é problema meu. Que tenham interferido em meu artigo trocando sistematicamente "o ANDES-SN" (o Sindicato Nacional dos Docentes do ensino Superior) por "a ANDES-SN" como se ainda tivéssemos uma Associação Nacional de Docentes soa incoerência gramatical e autoritarismo político. As matérias não assinadas pelos jornalistas jamais podem ser por eles (e por ninguém mais que o/a autor/a) modificadas. É uma agressão e desnuda a fragilidade do propalado contraditório cuja existência a diretoria faz questão de afirmar. Espero que essa errata apareça no próximo ADVERSO e que não mais passemos por uma situação destas.

Profª Laura Fonseca

Auditório da Adufrgs

Os associados que tiverem interesse em utilizar o auditório da Adufrgs (capacidade para 60 pessoas) para cursos, seminários, palestras ou outras atividades afins, devem entrar em contato com a secretaria da entidade das 9h às 12h e das 14h às 18h. Telefone/Fax: 228.1188 E-mail: adufrgs@portoweb.com.br



Filantrópicas

O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) cassou o certificado de entidade de fins filantrópicos de 51 instituições de ensino, a maioria em SP. As entidades alegam que, com a cassação, terão prejuízos porque perdem direito a isenção de tributos. A maioria das escolas computava como gratuidade descontos parciais sobre a mensalidade dados a alunos não carentes. Em muitos casos, eram filhos de funcionários e de professores. Agora, só terá direito a isenção integral a entidade que oferecer 100% de assistência gratuita a carentes. No caso das escolas que oferecem bolsas de estudo, a isenção será concedida somente sobre a gratuidade integral e de forma proporcional. A escola terá isenção parcial levando-se em conta a relação entre o valor das bolsas integrais concedidas e a receita mensal.

Adverso responde

1º - A troca do "o" pelo "a" no texto da autora deu-se de forma involuntária, durante um processo de revisão que, infelizmente, escapou ao controle da edição do veículo. Pelo fato, ADVERSO pede desculpas à autora.

2º - Se a autora costuma publicar artigos em periódico, sabe que a afirmação de que o mesmo não pode alterar o texto enviado não se sustenta. Um jornal pode intervir num texto com o objetivo de adequá-lo em tamanho e titulação ou para adaptá-lo ao planejamento gráfico. O procedimento serve para dar unidade ao que é publicado.

3º - Por fim, resta dizer que em hipótese alguma houve "intromissão autoritária" na "concepção política" da autora ao fazer, ainda que de forma involuntária, a alteração apontada. A diretoria da Adufrgs tem por norma respeitar os originais dos textos enviados para publicação. E nenhuma pessoa ligada à entidade toma parte em teorias conspiratórias.

O jogo de cena por trás das CPIs

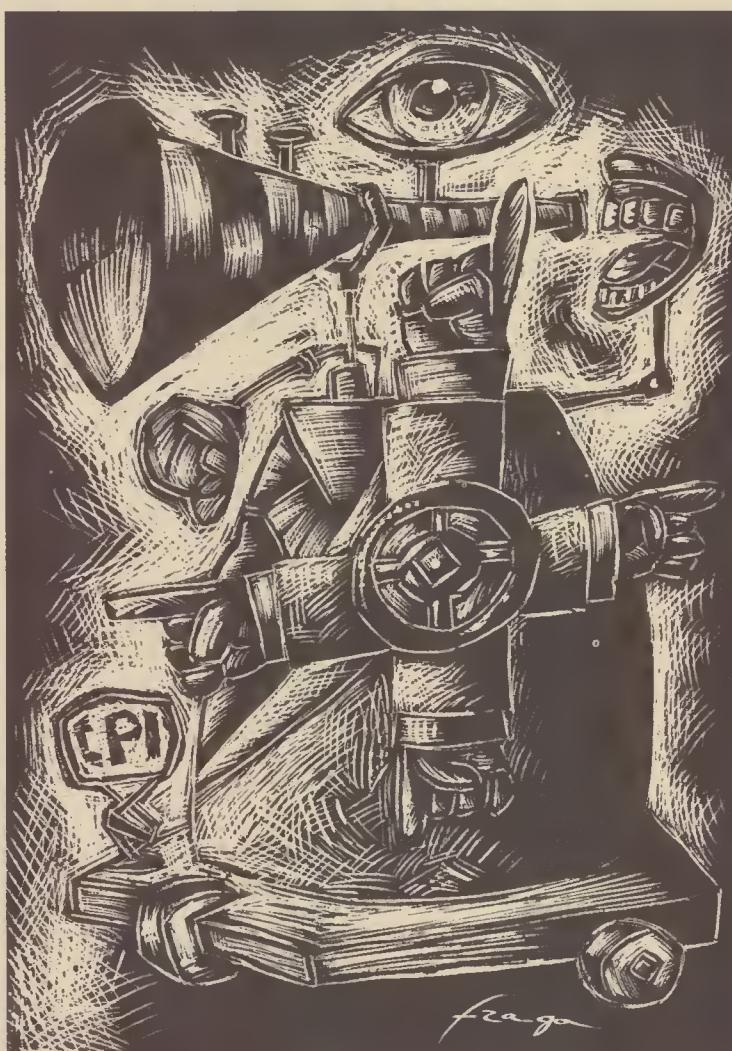
25 de março de 1999, Brasília (DF) — Sob uma enxurrada de aplausos, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, percorre o trajeto que separa o púlpito da tribuna até a Mesa do Senado com indisfarçável sorriso no canto da boca. Gastara uma hora e oito minutos denunciando supostas irregularidades no Poder Judiciário para convencer os senadores da necessidade de se criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar aquele poder. Nem bem havia terminado o discurso e o cacique máximo do PFL já tinha conquistado 44 assinaturas, 17 a mais do que o necessário. Era o fim da mera troca de farpas entre o Legislativo e o Judiciário e o início de jogadas estratégicas de reposicionamento no tabuleiro do poder.

As críticas do presidente do Senado ao Poder Judiciário foram disparadas ainda no início do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. No auge da briga com os magistrados, ACM propôs a extinção da Justiça do Trabalho. A reação veio em cadeia. Advogados saem às ruas em São Paulo na metade de março e a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) divulga nota alertando para o risco de "fujimorização" do país com a interferência do Executivo no Judiciário. A seguir, os juízes trabalhistas fazem greve em todo o país e os presidentes dos 27 Tribunais Regionais Eleitorais postulam a revisão da reeleição para presidente da República, governadores e prefeitos.

A crise estava definitivamente instalada. ACM engrossa a voz e diz que vai enviar ao Senado requerimento de instalação de CPI para investigar o Judiciário. E para provar que não se trata de blefe, avisa que possui um dossier de cinco mil documentos com denúncias de abusos cometidos por juízes em todos os estados.

Enquanto uma onda de denúncias e pedidos de inquérito percorria o Congresso, o confronto iniciado pelo senador baiano ganhava manchetes diárias. Pela mídia, magistrados e advogados alternavam-se na defesa dos tribunais e na contra-ofensiva a ACM. A tônica dos debates centrou-se na ameaça de crise institucional com o conflito entre dois poderes da República e sobre a constitucionalidade da proposta de criação da CPI. Pesos-pesados da magistratura, como o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Sepúlveda Pertence e o ministro aposentado do STF, Paulo Brossard, saíram em defesa do Judiciário face aos ataques públicos feitos pelo senador baiano.

O clima esquenta mais com a divulgação de pesquisa feita pelo Ibope em que a Justiça é considerada lenta por 92% dos entrevistados. Apenas 52% acredita que as sentenças judiciais são justas, e para a metade dos entrevistados cumprir a lei não traz nenhuma vantagem pessoal. Nesse momento, o presidente da República, que até então guardava a imagem de que o Planalto passava olimpicamente pela discussão, decide cerrar fileira com o presidente do Senado. Fernando Henrique pediu "firmeza" à ainda não criada CPI. O presidente do Senado ganha forças e mantém seus ataques.



PMDB entra no jogo

A ferocidade de ACM devia-se em boa dose a um novo impasse no Congresso. O PMDB, disposto a conquistar espaço político, avisou que só indicaria representantes do partido para a CPI do Judiciário se o presidente do Senado aceitasse uma CPI para investigar as instituições financeiras. O PMDB sofrera baixas em sua bancada devido à saída de alguns parlamentares. Com um discurso preparado há dias, recheado de denúncias de recentes irregularidades e lu-

ros exorbitantes obtidos por bancos privados com a desvalorização do real, o líder do PMDB no Senado, Jader Barbalho (PA), apresentou, no fim da tarde de 29 de março, um requerimento para a instalação da CPI do Sistema Financeiro. De imediato, a CPI dos Bancos, como começou a ser chamada, ganhou o apoio do bloco de oposição no Senado e assegurou mais do que o mínimo de 27 assinaturas necessárias para a instalação. O posicionamento de Jader pôs em xeque o presidente do Congresso, que demonstrou preocupação com a possibilidade de

os trabalhos dessa comissão atrapalharem o andamento da CPI do Judiciário.

Na verdade, as irregularidades que dariam origem à CPI proposta por Jader foram tornadas públicas pelo deputado Aloízio Mercadante (PT-SP), que pretendia criar na Câmara uma CPI para investigar o caso. Contudo, Mercadante esbarrou com a tropa de choque do Planalto. O Governo estimulou o desarquivamento de pedidos antigos de CPIs que deixaram a investigação solicitada por Mercadante em nono lugar na fila das

Funcionamento e poder das CPIs

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dá aos congressistas o poder de investigação que normalmente compete às autoridades judiciais. Pode ser criada quando for de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal e econômica do país. Seus resultados são encaminhados ao Ministério Pùblico para que ele promova ação de responsabilidade civil ou criminal dos envolvidos nas irregularidades apuradas. Para ser instalada, a CPI precisa de requerimento assinado por um terço dos deputados ou um terço dos senadores. A solicitação já deve especificar o fato a ser apurado, o número de membros e o prazo de duração. Na Câmara, a CPI tem um prazo de até 120 dias, prorrogável por mais 60. No Senado, o limite de prazo é a própria legislatura em que foi criada, exceto quando o prazo for prorrogado a pedido de um terço de seus membros. A composição da CPI é proporcional ao número de parlamentares de cada partido. Os líderes de cada partido indicam os representantes. Instalada a CPI, os parlamentares podem colher depoimentos, inquirir testemunhas, pedir informações e documentos de qualquer natureza a órgãos públicos e até requerer ao Tribunal de Contas da União (TCU) a realização de inspeções e auditorias.

Contrariando a noção comum de que em geral as comissões de inquérito resultam apenas em desperdício de tempo e de dinheiro público, algumas CPIs têm deixado um saldo de mudanças positivas. A CPI do PC, além do impeachment de Fernando Collor, levou à aprovação da lei de licitações, hoje considerada draconiana em excesso. A do Orçamento resultou em cassações de deputados e mudanças nas regras, reduzindo a margem para corrupção no manejo de verbas públicas. A dos Precatórios, na resolução 78 do Senado, que estabeleceu limites ao endividamento de estados e municípios.

comissões a serem instaladas. Pelo regimento da Câmara, podem funcionar no máximo cinco comissões ao mesmo tempo.

Espetáculo de mídia

Alguns analistas interpretaram a ação de ACM como pirotecnia para desfocar a opinião pública dos problemas econômicos vividos pelo país. Além disso, poderia ser uma estratégia para lançar o nome do senador baiano no palco do espetáculo que as CPIs costumam provocar. Ciente disso, o PMDB decidiu não deixar ACM brilhar sozinho. "Antônio Carlos instala a CPI dele num dia e a CPI dos Bancos fica para o dia seguinte. Dessa forma, as duas CPIs serão manchetes dos jornais", afirmou Jader Barbalho. As comissões de inquérito solicitadas seriam instaladas logo depois da Páscoa.

Para o Governo, a CPI do Judiciário não o afetaria diretamente. Com relação à CPI do líder peemedebista, o governo temia implicações na frágil economia, especialmente nas linhas de crédito internacionais. Para tentar esvaziar o assunto, o Planalto disse que anteciparia os resultados de sua própria investigação sobre possíveis irregularidades no setor financeiro e na atuação do Banco Central. Investigações que, como se viu mais tarde, resultaram em nada.

O Senado instalou a CPI do Judiciário no dia 8 de abril. Como relator, foi escolhido o ex-governador da Bahia, Paulo Souto (PFL), homem de confiança de ACM. A presidência da comissão ficou a cargo de um peemedebista, o advogado e ex-promotor de Justiça Ramez Tebet (MS). Na pauta de investigações da CPI, casos de nepotismo, sentenças milionárias, gastos com prédios suntuosos e outras mazelas denunciadas pelo presidente do Senado. Apesar do espetáculo criado em torno do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, até o momento ninguém foi punido por qualquer irregularidade.

A CPI destinada a investigar o sistema financeiro foi instalada pelo Senado no dia 14 de abril. Como relator, João Alberto (PMDB-MA) e como presidente Bello Parga (PFL-MA). O princípio das investigações centrava-se em oito denúncias de irregularidades que envolveram instituições bancárias e o governo. Cinco destes fatos relacionavam-se com a desvalorização cambial de 12 de janeiro. O requerimento listava ainda denúncias de sonegação fiscal contra sete bancos estrangeiros que operam no Brasil, além do suposto favorecimento aos bancos Marka e FonteCindam, que teriam comprado dólares a uma cotação mais baixa depois do Banco Central ter alterado a banda cambial. A CPI rendeu algumas dores de cabeça ao governo e ao ex-presidente do BC Francisco Lopes. Contudo, nas duas comissões o Planalto é o diapasão para o ritmo dos trabalhos. Por enquanto, as CPIs serviram apenas como moeda da disputa por espaço político. E, sobretudo pelo show que proporcionam ao país, para lançar caciques como o senador Antonio Carlos Magalhães à paisagem política nacional. De olho na agenda de 2002 (com informações do Sistema Acesso.com: www.acessocom.com.br).

Emilia Fernandes / Senadora PDT-RS

Apurar fatos, eliminar promiscuidade e fortalecer produção

As informações já apuradas pela CPI do Sistema Financeiro demonstraram fatos e situações de absoluta irregularidade tanto do ponto de vista da administração dos recursos públicos quanto do comportamento ético e moral das autoridades envolvidas.

Claro está, por exemplo, a manipulação das operações envolvendo os bancos Marka e FonteCindam, realizadas por meio de expedientes inteiramente "atípicos" por parte das autoridades monetárias e que resultaram em graves prejuízos para os cofres públicos. Com a participação do Ministério Público, também lançou-se a luz sobre a situação de promiscuidade existente entre o interesse público e o privado, em prejuízo do primeiro e benefício de alguns poucos.

No entanto, é fundamental evoluir nas investigações, no sentido de esclarecer o mais profundamente possível o que realmente ocorreu durante a mudança cambial bem como quem se beneficiou, especialmente naqueles dias 12 e 13 de janeiro.

Os fatos, especialmente demonstrados pelo Deputado Aloísio Mercadante (PT-SP), em sessão da CPI, dão conta da transferência de R\$ 10,1 bilhões dos cofres públicos para o setor financeiro privado, pagos pela sociedade brasileira. Isso feito com, no mínimo, a conivência das autoridades responsáveis, desrespeito às leis vigentes e indícios de ilegalidades ainda mais graves no terreno fiscal.

O recente depoimento do Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, por outro la-

do, completa o quadro, dando conta de que exatamente o sistema financeiro é quem mais se vale das "brechas" legais para não pagar imposto de renda, o que inclui diversas formas de manipulação dos negócios na Bolsa Merantil e de Futuros.

O prejuízo com a mudança cambial é não só o maior escândalo financeiro da história recente do Brasil como também a mais vultosa transferência de recursos da sociedade para um determinado setor econômico. A ausência nas operações, ou até mesmo perda nos negócios, de grandes instituições financeiras nacionais, expõe de forma cristalina a atual política de favorecimento aos bancos estrangeiros e a determinadas e inexpressivas instituições. A mesma política responsável pela mais alta taxa de juros do mundo que resulta em recessão, desmonte das estruturas produtivas nacionais, desemprego recorde, arrocho salarial, perda da soberania, desestruturação das Universidades, dos serviços de saúde e de segurança, entre outros males.

É diante dessa realidade que o Senado Federal está sendo chamado à responsabilidade, frente a qual não poderá deixar de cumprir com sua função de zelar pelos interesses dos cidadãos, acima de tudo, sob o risco de ter sua credibilidade tão comprometida quanto a do atual Governo Federal. É preciso, antes de mais nada, apurar todos os fatos, inclusive o "desconhecimento" de tudo que houve, por parte das principais autoridades do país, dentre as quais o Ministro da

Fazenda, Pedro Malan, e o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso que, apesar de diretores do Banco Central afirmarem que a economia do Brasil esteve à beira de uma "nova crise de 29", passaram ao largo da situação, em especial do "socorro" aos dois bancos. E, a partir do esclarecimento dos fatos, reverter definitivamente a lógica existente no país de que sempre os bancos ganham e somente a sociedade, os setores produtivos, os assalariados e os mais pobres é que pagam a conta do prejuízo.

Tão importante quanto os aspectos econômicos e financeiros, ou apurar a fundo os fatos, punir os culpados e criar novos mecanismos de prevenção, está o resgate da independência, da dignidade nacional e da moralidade pública. A promiscuidade entre o público e o privado está atingindo níveis jamais vistos na história da Nação, do que é também exemplo, e talvez ainda mais grave, a recente denúncia da participação do presidente da República em favor de determinados grupos nos leilões de privatização da Telebrás.

A CPI do Sistema Financeiro tem, ainda, a importância estratégica de dar transparência e abrir o caminho para restabelecer relações econômicas como base na produção, no capital produtivo e no trabalho. É isso que os brasileiros esperam do Senado Federal, sem o que as instituições democráticas sofrerão uma profunda desvalorização em sua credibilidade junto à sociedade, em especial o Executivo.

Pedro Simon / Senador PMDB-RS

O Brasil e as CPIs

Divulgação

Antes de comentar as investigações sobre o Poder Judiciário e sobre o Sistema Financeiro, eu gostaria de tentar desfazer dois grandes equívocos sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito. Muitas pessoas reclamam que as CPIs investigam muito e punem pouco. Resumindo numa frase: "a CPI não bota ninguém na cadeia".

É isso mesmo. A CPI tem apenas o poder de debruçar-se sobre um assunto a fim de investigá-lo com profundidade. Caso sejam constatadas irregularidades, a CPI encaminha suas descobertas ao Ministério Público que pode e deve acionar os culpados. A CPI não é um Tribunal, seus membros não são nem juízes nem policiais.

O segundo equívoco refere-se a uma mentira que, de tanto ser repetida, transformou-se numa quase verdade. Diz-se da boca para fora em que "toda CPI acaba em pizza". Também não é verdade. Como é do conhecimento de todos, a CPI do caso PC Farias acabou no *impeachment* de um presidente da República, fato muito raro na história política universal.

Na CPI do Orçamento, dez parlamentares foram cassados por terem se envolvido em operações escusas. Mais recentemente, tivemos a CPI dos Precatórios que acabou com os bancos envolvidos sendo multados em cerca de R\$ 2 bilhões.

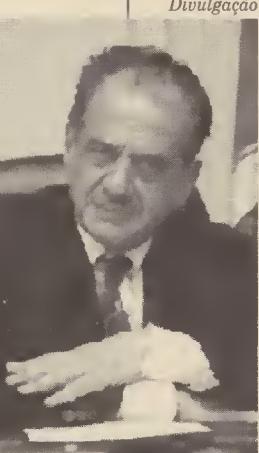
Como se vê, essas CPIs sobre os poderes Executivo e Legislativo acabaram em punição, não em pizza.

Estamos agora envolvidos em duas importantes CPIs, que estão despertando o interesse da nação. Pesquisas de opinião têm provado que os cidadãos aprovam a ação do Parlamento, embora os setores conservadores nos critiquem.

A CPI do Judiciário teve o mérito de mostrar para o País que ainda se rouba descaradamente dinheiro público. Está mais do que provado que cerca de R\$ 100 milhões foram desviados da construção do TRT de São Paulo. Vários outros casos escandalosos têm surgido no plenário daquela CPI. Certamente o Poder Judiciário deste País será outro – mais transparente – depois dessa CPI.

Quanto à CPI do Sistema Financeiro, ela está tendo o mérito de lançar luz sobre um mundo fechado, obscuro, que é o da grande especulação. Os depoimentos da CPI estão mostrando um pouco desse planeta regido por regras próprias, esse estranho mundo impenetrável para os seres humanos comuns. O que se pode dizer liminarmente é que as atribuições do Banco Central e a legislação que regula as atividades do sistema financeiro precisa de urgente revisão e regulamentação. Sabe-se agora que há uma necessidade inadiável de transparência por parte do guardião do meu, do seu, do nosso dinheiro. Ficou claro que a fiscalização é precária ou inexistente. Ficou evidente que houve grande incompetência na mudança cambial, quando o país perdeu bilhões de reais. Mas entendo que o BC será bem diferente daqui para a frente. Será mais transparente porque certamente aquela instituição não quer mais voltar a ficar sob os refletores de uma CPI.

O País sempre fica melhor depois de uma CPI.





Fabrício Osanai

Comunidade científica do RS cobra recursos federais

A comunidade científica e tecnológica gaúcha reuniu-se no dia 13 de maio para discutir as consequências da decisão do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) de transferir para os Estados os encargos de investimento que historicamente foram feitos pelo governo federal. O evento, realizado no Auditório da Faculdade de Ciências Econômicas da Ufrgs, contou com representantes do governo estadual, da SBPC, do Fórum Nacional de Ciência e Tecnologia, da ANDES e da Fundação de Amparo à Pesquisa no RS.

A abertura do debate foi realizada pelo governador Olívio Dutra. Na ocasião, Olívio lembrou que 90% das pesquisas no país partem das universidades públicas e sugeriu que os investimentos no setor deveriam ser o dobro dos atuais. Segundo dados da Academia Brasileira de Ciências, 17% dos investimentos em C&T no país são feitos por instituições públicas. Empresas privadas investem outros 17% e as universidades entram com 68%.

O secretário de Ciência e Tecnologia, Adão Villaverde, também presente ao

ato, disse que o sistema nacional quer se desresponsabilizar do seu papel fundamental de fomentador. Ele denunciou que vários projetos aprovados pelo governo federal e incluídos no orçamento de 99 não terão cobertura. "Além disso, a medida provoca uma desarticulação, pois o Estado passa por uma forte crise financeira", advertiu o secretário.

No final do evento, os participantes aprovaram uma carta a ser enviada ao ministro de Ciência e Tecnologia, Luis Carlos Bresser Pereira (reproduzida abaixo).

Carta Aberta ao Ministro Bresser Pereira

Exmo. Sr. Ministro:

A Comunidade Acadêmica do Rio Grande do Sul, representada por professores, dirigentes de Instituições de pesquisa, representantes de dirigentes universitários e de associações de docentes, membros da comunidade científica e tecnológica bem como vereadores e demais representantes da sociedade civil, reunidos em Porto Alegre em 13 de maio, quer manifestar a Vossa Excelência nossa profunda preocupação diante do impacto que as modificações em curso no Sistema de Ciência e Tecnologia (C&T) podem vir a ter para o futuro do País.

Preocupa-nos, em particular, o precedente representado pela proposta de que os Estados da federação financiem projetos aprovados no ano passado pelos órgãos de fomento federais. A alegação de que eles não podem ser financiados pela União porque seu valor ultrapassa o montante que ela vem dedicando à C&T não se sustenta.

Na verdade, a redução do orçamento do Ministério de C&T ocorrida no corrente ano agrava a tendência à diminuição de recursos que vem crescentemente comprometendo o funcionamento do Sistema de C&T. Avaliado em dólares correntes, de modo a ter uma idéia do que ela efetivamente representa em termos do potencial de geração de resultados, a queda foi de 48% entre 1997 e 1999 (o orçamento do Ministério passou de quase US\$ 1,2 bilhões para menos de 0,7).

É nosso entendimento que os Estados, com os parcos re-

cursos de que dispõem, não têm condições sequer de sustentar a simples manutenção do Sistema. Adicionalmente, consideramos que tal proposta não se coaduna com o pacto federativo que pretende viabilizar, inclusive, a pesquisa em C&T em cada um dos Estados brasileiros. O sistema de C&T possui uma dimensão estratégica para o desenvolvimento social e regionalmente harmônico de nosso país. E é imprescindível uma política de C&T que se desenvolva a partir de nossas vocações e vantagens competitivas e que tenha como meta a resolução de nossos graves problemas econômicos e sociais.

Consideramos por isso nosso dever alertar Vossa Excelência para o impacto que tal proposta pode determinar nas várias áreas que impulsionam o desenvolvimento de nosso país, que crescentemente demanda o conhecimento e os recursos humanos que cabe ao Sistema de C&T proporcionar.

Em função disso reivindicamos a imediata revisão de tal proposta antes que ela se transforme em uma política de governo. Por fim, consideramos que a abertura de um amplo debate, no qual seja envolvida toda a sociedade brasileira, é condição fundamental para lançar as bases de uma política nacional de C&T que nos aproxime do futuro que o país deseja.

Prof. Renato de Oliveira

Presidente da ANDES-SN

Coordenador do Encontro de Porto Alegre

Associados da Unimed na Ufrgs passam por recadastramento

Deve se estender pelo mês de junho o recadastramento de professores, funcionários técnico-administrativos e aposentados da Ufrgs associados à Unimed. A medida foi definida para atualizar os dados das cerca de oito mil pessoas (titulares e dependentes) seguradas pelo plano de saúde da empresa. Em 2 de dezembro, entra em vigor a nova lei dos planos de saúde, e os atuais sócios precisam optar se ficarão sendo atendidos pelos contratos anteriores à lei ou se migrarão para a nova situação. "Precisamos ter dados atualizados para negociar esta integração e outras vantagens para os associados", diz a funcionária aposentada Yara Carbonel. Junto com outros membros da comunidade universitária, ela faz parte de uma comissão eleita em assembleia geral dos associados da Unimed para reivindicar melhorias no atendimento. Futuramente, uma assembleia deverá colocar em votação se os servidores da Ufrgs migrarão para a nova lei ou permanecerão com os direitos adquiridos no contrato atual.

Para fazer o recadastramento, o associado da Unimed só precisa comparecer ao Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Serviços à Comunidade Universitária localizado no prédio do ex-Instituto de Química (Avenida Luiz Englert, s/nº – Campus Centro). Os documentos necessários são os seguintes: carteira da Unimed, carteira de identidade, CPF, o último contracheque, comprovante de residência, certidões de casamento e nascimento (comprovação dos dependentes) e declaração do companheiro (a), em caso de união estável.

Como fazer uma apresentação usando POWERPOINT?

1 | Certifique-se que o local da apresentação dispõe de equipamento na mesma versão que você está usando.

2 | Dinamize sua apresentação utilizando recursos com cores, imagens, sons e animações.

3 | Personalize seu trabalho. Evite usar modelos sugeridos pelo programa, pois são muito conhecidos e nem sempre adequados.

4 | Seu trabalho lhe custou muito esforço. Valorize-o com uma apresentação profissional.

5 | Para essas e outras criações gráficas (posters para eventos científicos, folders, cartazes, transparências, projetos de identidade visual), procure-nos.



(051) 331 05 87

O futuro está em jogo

Em quase um século de existência das universidades públicas brasileiras, nunca duas palavras foram tão proferidas por todos os campi do país. Dirigentes, professores, alunos, funcionários, parlamentares e uma parte da sociedade civil estão pautados pela agenda do governo que decidiu regulamentar a autonomia universitária ainda este ano e deve apresentar um projeto no Congresso Nacional ao longo do mês de junho. Na mesa, até o momento, foram colocadas apenas duas propostas para aquecer o debate: a lei orgânica redigida pela Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais do Ensino Superior (Andifes) e os fundamentos oficiais elaborados pelo Ministério da Educação (MEC). Decididos a não aceitar nem uma nem outra proposta, os professores universitários aprovaram em congresso que deixariam de apresentar uma lei por entenderem que o artigo 207 da Constituição Federal, que estabelece a autonomia, é auto-aplicável. Com tanto disenso, é impossível fazer uma aposta segura num jogo que tem tudo para ser de cartas marcadas, com grande chance de vitória para o governo.

James Görge

Muita gente sabe o que não quer. Tem dificuldade, porém, de articular em poucas linhas o que é essencial a um projeto que promova a autonomia real das instituições federais de ensino superior (Ifes). O ministro Paulo Renato Souza apresentou as diretrizes do MEC em 19 de abril em um seminário promovido na sede da Andifes. Disse o que não queria em um documento de 11 páginas que delineou uma autonomia capenga, onde as universidades continuariam dependentes do Executivo, tanto em montantes de recursos quanto na liberdade de gestão. Baseadas neste eixo principal, novas diretrizes mudavam pouco para não mudar nada.

Para comprovar que não queria saber de descentralização, o MEC ainda tratou de criar a figura do "contrato de desenvolvimento institucional" que seria assinado por cada instituição interessada em aderir à autonomia nos moldes do governo. "Não pretendemos mudar o sistema, mas reafirmar o compromisso da universidade pública, tornando-a mais transparente e aumentando os serviços que o sistema presta à sociedade", admitiu o ministro aos reitores que participaram do encontro. Segundo o ministro, a matriz buscada pelo MEC contempla o aumento do número de alunos e um maior volume e qualidade de ensino, pesquisa e extensão, mediante avaliações regulares.

Na prática, ao lembrar que as diretrizes do MEC não fazem nenhuma referência sobre a manutenção da gratuidade do ensino.

Numa livre interpretação, poderia se afirmar que o Ministério previu esta lacuna porque pretende deixar as universidades livres para tirarem de mensalidades e outras taxas uma nova fonte de subsistência, uma vez que os recursos públicos estão ficando cada vez mais escassos. Orçamento após orçamento, os cortes estão crescendo. Enquanto o PIB brasileiro aumentou de R\$ 784 bilhões em 1994 para R\$ 866 bilhões em 1998, os recursos para a manutenção das Ifes foram reduzidos de R\$ 4,1 bilhões para R\$ 3,5 bilhões no mesmo período.

O documento caiu como uma bomba da Otan em uma cidade iugoslava. Com o cinto apertado, as principais críticas da comunidade universitária giram em torno dos recursos para a educação. A manutenção da natureza jurídica das universidades, a falta de vinculação dos recursos pa-



Assunto nacional: encontros como o da Ufrgs colocam a comunidade universitária de todo o país a par das propostas existentes

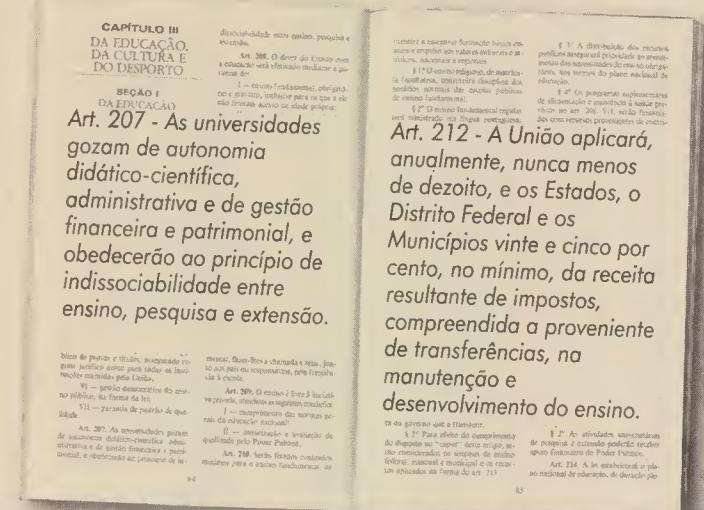
ra garantir o financiamento público e a exigência de assinatura do contrato de gestão surgiram como obstáculos intransponíveis para a execução da autonomia. "Sem a vinculação dos recursos ficamos à mercê do orçamento federal, que é aleatório", contesta o presidente da Andifes, Rodolfo Pinto da Luz, lembrando que na equipe econômica do governo não há compromisso com o ensino superior. "A autonomia via contrato é uma autonomia restrita", entende a reitora da Ufrgs, Wvana

trica, entende a reitora da Ufrgs, Wana Panizzi. "O financiamento precisa garantir a manutenção do sistema público e gratuito de ensino", defende o presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), Renato de Oliveira. Documento elaborado pela diretoria da Adufrgs vai além nas críticas, ao lembrar que as diretrizes do MEC não fazem nenhuma referência sobre a manutenção da gratuidade do ensino.

Numa livre interpretação, poderia se afirmar que o Ministério previu esta lacuna porque pretende deixar as universidades livres para tirarem de mensalidades e outras taxas uma nova fonte de subsistência, uma vez que os recursos públicos estão ficando cada vez mais escassos. Orçamento apóis orçamento, os cortes estão crescendo. Enquanto o PIB brasileiro aumentou de R\$ 784 bilhões em 1994 para R\$ 866 bilhões em 1998, os recursos para a manutenção das Ifes foram reduzidos de R\$ 4,1 bilhões para R\$ 3,5 bilhões no mesmo período.

Elaborado sob a forma de lei orgânica, o projeto da Andifes é a única alternativa acabada para as diretrizes do MEC (veja quadro na página ao lado). Os artigos revelam que a entidade também sabe o que não quer. Dispositivos como a

A letra fria da Constituição



Projeto desconhecido volta a tramitar na Câmara

Pouca gente sabe, mas pelo menos uma proposta de Autonomia Universitária não está pautada no Congresso Nacional. Depois que o Executivo deu o gozo a torcer e retirou da agência sua Proposta de Emenda Constitucional nº 370, um texto com sete anos de existência voltou a circular pelos escaninhos do Parlamento sem chamar muita atenção. Virou a carta na manga do colete do governo.

Apresentado pela primeira vez em junho de 1992, o Projeto Lei Complementar nº 119, de autoria do deputado federal Cipriano Aguiar (PSDB-CE), deixou os arquivos da Câmara dos Deputados e está evoluindo rapidamente por todas as comissões da Casa. Em 29 de março deste ano, recebeu parecer favorável do deputado Laire Rosado (MDB-RN), na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. Para chegar a plenário, falta apenas passar pela comissão de Justiça e Redação. O mais estranho é que o documento estava fora de tramitação desde 1996, mas não havia sido gavetado. Foi arquivado somente em 2 de fevereiro de 1999. Exatos 22 dias depois, foi desarquivado pela Mesa Diretora da Câmara, da qual Aguiar é o 1º secretário.

Bem mais genérico que a proposta da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ndifes) ou as diretrizes apresentadas pelo Ministério da Educação (MEC), o PLC 119 pode se converter facilmente na base da proposta do governo, caso não haja acordo no debate que o ministro Paulo Renato Souza deve estabelecer a partir do documento que apresentou.

O texto do PLC 119 já não é mais original – em 1994 recebeu um substitutivo do falecido deputado e professor universitário Morestan Fernandes, na Comissão de Educação, Cultura e Desporto –, mas ainda preserva os incipitos básicos que nortearam a iniciativa inicial de seu autor. "Não se pode falar de autonomia administrativa, patrimonial e didático-científica sem tratar da autonomia financeira", sustenta Aguiar.

Assim como as diretrizes do EC, o projeto prevê genericamente a alocação de um percentual da receita líquida de impostos da União para manter e desenvolver o ensino nas universi-

s públicas. Os recursos pessoal seriam somente os suficientes para cobrir as despesas com professores e funcionários. O deputado defende que a substituição do percentual por um valor referencial a ser fixado mais tarde, prioridade", que justifica a substituição do percentual por um valor referencial a ser fixado mais tarde.

e seriam repassados de
do com o desempenho de ca-
ststituição. Este total servi-
como referência para se esta-
ver outros valores: 25% da
esa com pessoal seriam des-
os ao financiamento de ou-
custeios e capital (OCC) e
ao fomento e desenvolvi-
to institucional. "Devemos
estar na atividade-fim como

cou uma avaliação quantitativa e a performance das instituições pela garantia de que os recursos seriam suficientes para o crescimento do sistema.

Nova ênfase
Fernandes também propôs outras modificações – todas aprovadas –, dando uma nova ênfase ao PLC. "Em sua forma original, o projeto restringia, sobremaneira, a autonomia das instituições de ensino superior mantidas pela União. A possibi-

lidade de fixação de paradigma remuneratório para todas as universidades públicas e a consequente obrigatoriedade de as mesmas arrecadarem recursos para pagamento de seu pessoal poderia representar, na prática, a inviabilização do ensino público e gratuito de Terceiro Grau. Afastada tal hipótese, restaram disposições que promovem a qualidade do ensino prestado pelas universidades federais", escreveu Laire Rosado em seu voto favorável ao projeto.

Aposta de cada um

mpare os pontos que terão de ser negociados entre governo e comunidade universitária para se chegar a um consenso

| posta | MEC | Andifes | Andes |
|---------------------------|--|---|---|
| ureza dica | Universidades divididas em autarquias e fundações, preservando a natureza jurídica atual. | Pessoa jurídica de direito público com personalidade jurídica especial, dotada de capacidade de autonormação e autogestão. | Regime Jurídico definido por uma regulamentação de "autarquia especial" prevista em lei com garantia do ensino público e gratuito. Deve assegurar também a unidade do sistema federal de ensino superior. |
| nciamento lico | Valor mínimo fixado por lei seria baseado na média dos últimos dois ou três anos. Não haveria vinculação percentual com o orçamento. | A Universidade Pública Federal será instituída e mantida pela União. Mínimo de 75% da parcela destinada à Educação na receita resultante de impostos da União. Deste total, 95% iria para a manutenção e desenvolvimento das Ifes e 5% à melhoria de qualidade do ensino superior. | Trata apenas dos recursos orçamentários da União não inferiores a 12% previstos na Constituição para dotação específica à Educação. O orçamento global deverá garantir o custeio total (remuneração do pessoal, gastos com percentuais pré-fixados do orçamento para pesquisa e gasto com expansão de vagas) das instituições. |
| no de reira e ários | Edição de planos de carreira por instituição, nos quais deverão estar propostos níveis remuneratórios. Não haverá piso nacional. O atual quadro seria mantido no atual Plano Único de Retribuição e Classificação de Cargos e Empregos até que fosse publicado. Novos contratos seriam enquadrados no modalidade emprego público da CLT. | Lei especial estabelecerá regime jurídico próprio e planos de carreira únicos. Garantia de isonomia de vencimentos e de estabilidade. Para atendimento de necessidade temporária de "excepcional interesse público", permite a contratação por tempo determinado. | Carreira única para docentes e isonomia salarial como forma de garantir a autonomia da Universidade quanto a aspectos financeiros, administrativos, pedagógicos e científicos. Transição se dará pela implantação de carreiras nacionais unificadas por setor. Progressão funcional se dará por mecanismos de avaliação. Ingresso somente por meio de concurso público e lotação de cargos definida por cada instituição. |
| asses | Levaria em conta somente o número de alunos e o volume de pesquisa e extensão. | Repasses mensais deverão assegurar, no mínimo, recursos para as despesas de pessoal e custeio básico das instituições. No orçamento, um mínimo de 15% será destinado a outros custeios e capital. Despesas de pessoal não poderão ultrapassar 85% do orçamento. A participação dos recursos será mediada por 15 variáveis como número de alunos, avaliação dos cursos e área dos campi. | Verbas serão suplementadas automaticamente para compensar diferenças entre os índices inflacionários previstos na elaboração dos orçamentos e os índices reais do exercício. Reajustes e aumentos salariais também significam em suplementação automática. |
| ítica videnciária | Tesouro Nacional custeará proventos dos atuais inativos e pensionistas. Despesas serão separadas daquelas destinadas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino. | Despesas com inativos e pensionistas serão bancadas por fontes próprias do Tesouro Nacional. | Aposentadoria integral, que incorpore os proventos salariais recebidos em função do trabalho assumido pelo docente. Texto não se refere de onde viriam os recursos. |

es: Fundamentos para Regulamentação da Autonomia (MEC) e Lei Orgânica da Autonomia (Andifes). As idéias publicadas na coluna Andes não situem-se em uma proposta, mas baseiam-se nos princípios de Autonomia formalizados no Cadernos Andes nº 2 – Proposta das Associações de Estudantes e da Andes para a Universidade Brasileira (1986)

AUTONOMIA

Aposentados não aceitam receber pelo Tesouro

Um dos maiores enfrentamentos do governo na implantação do seu projeto de autonomia universitária poderá não ser a questão do financiamento ou dos critérios de repasse. Com grande participação no movimento docente, os professores aposentados não aceitam a idéia de ter seus proventos desvinculados da folha de pagamento do Ministério da Educação (MEC). Pela proposta do Executivo, inativos e pensionistas passariam a ser pagos por outra fonte de recursos do Tesouro Nacional que não fosse os 18% da receita do orçamento destinada às universidades federais. "Assim, sem que tal providência resulte em qualquer prejuízo para os atuais inativos e pensionistas, reduz-se daquele fonte tão oneroso custeio", propõe o documento do MEC que baliza o futuro projeto de lei da Autonomia.

Temerosos que a nova situação lhes retire direitos adquiridos e a própria identidade na carreira, os aposentados têm certeza de que haverá prejuízos. O principal deles seria a perda da paridade em relação aos servidores da ativa. Atualmente, inativos e ativos possuem equivalência nos ganhos e nos reajustes que venham a ocorrer por ventura de conquistas salariais. Tudo sai do já apertado orçamento destinado às universidades federais. Nem o MEC divulga dados precisos, mas estima-se que os aposentados e pensionistas representem de 25% a 30% da folha de pagamento do sistema federal de ensino superior. Como as universidades gastam uma média de 80% de seus recursos com o pagamento do quadro de pessoal é possível ter uma dimensão da fatia do orçamento dispendida com proventos dos professores inativos.

Perda de identidade

Com a participação de 80 professores,



Posição final: aposentados da Ufrgs decidiram pela não desvinculação da folha de pagamento

res, a reunião do GT-Aposentados e Seguridade Social da Associação de Docentes da Ufrgs de 28 de abril posicionou-se contrária a qualquer tipo de quebra de paridade ou desvinculação de fonte pagadora no quadro de pessoal. "Estamos falando da perda de identidade do professor aposentado", defende o coordenador do GT da Adufrgs, Lúcio Hagemann. Na maioria das associações de docentes, a opinião é semelhante.

Ao contrário dos principais afetados pela mudança, as entidades representativas têm uma opinião parecida com a do governo nesta questão. Tanto a diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) quanto os membros da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) acreditam que os aposentados precisam receber de outra fonte

de recursos ligada ao Tesouro Nacional.

Exclusão contábil

Com quilômetros de corredores rodados pelos palácios de Brasília, os dirigentes das entidades não têm dúvidas de que quando o governo resolver quebrar a paridade entre ativos e inativos a origem do pagamento não fará diferença. "Trata-se apenas de contabilmente excluí-los do orçamento de cada universidade", faz questão de repetir o ministro Paulo Renato Souza.

Para o presidente da Andifes, o reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Rodolfo Pinto da Luz, não é o fato de estarem vinculados ao MEC ou ao Tesouro Nacional que garantirá aos aposentados paridade nos ganhos. "Esta é uma questão de segurança social. É preciso haver um recolhimento próprio para pagar os aposenta-

Fábrica Osanai

dos e pensionistas". Segundo Pinto da Luz, nenhum outro ministério do governo tem o pagamento de seus aposentados atrelado aos recursos garantidos pela Constituição Federal.

Dois coelhos

Fazendo cortes de todos os lados, os arquitetos do orçamento da União deram um jeito de pagar duas despesas com apenas uma fonte de recursos. O único resultado desta manobra contábil é a redução da verba assegurada para a Educação. Pela lei em vigor, os professores da ativa contribuem todo mês para a Previdência

Social. Entretanto, os recursos arrecadados não são destinados ao pagamento dos proventos dos aposentados que recebem pelo orçamento total do MEC. Todo mês, os descontos dos professores da ativa caem no caixa único e nebuloso do Tesouro e o governo faz o que bem entende com o dinheiro que deveria ir para os aposentados. "Ninguém se importa com isso porque os proventos estão garantidos pelo MEC", critica o presidente da Andes, Renato de Oliveira. O dirigente defende a rápida regulamentação de um fundo financeiro resultante dos descontos recolhidos dos salários dos ativos como uma condição sine qua non para que se possa discutir a desvinculação. "O salário dos aposentados não corresponde mais a uma atividade-fim ou de desenvolvimento da Educação e por isso não deve sair do orçamento do MEC", entende Oliveira.

Seminário na Ufrgs critica diretrizes do MEC

Razoavelmente confortável em meio ao caos financeiro que atravessa a maioria das universidades federais brasileiras, a Ufrgs tenta fazer com que o debate sobre a autonomia universitária não passe despercebido. Na manhã de 21 de maio, cerca de 400 pessoas da comunidade universitária foram ao Salão de Atos da Reitoria da Ufrgs para ouvir uma exposição das propostas do Ministério da Educação (MEC) e da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Encontraram a reitora Wana Panizzi e as pró-reitoras de Planejamento, Maria Alice Lahorgue, e de Recursos Humanos, Maria Beatriz Galarraga, em carne e osso e o ministro Paulo Renato Souza, em vídeo. A explanação da visão do governo havia sido gravada em Brasília, em 19 de abril, quando o ministro apresentou as diretrizes do MEC na sede da Andifes. Sem

nenhum representante do governo federal presente, o seminário serviu mais para marcar a abertura oficial dos trabalhos sobre a autonomia universitária dentro da Ufrgs e uma boa oportunidade de detalhamento das idéias sustentadas pelo projeto de lei orgânica da Andifes do que a construção de uma proposta alternativa. O encontro serviu também para dar uma amostra de quanto este debate ainda deveria ir longe e não até o mês de junho, como quer o governo.

Depois da exibição do vídeo, que continha ainda diversas declarações e preocupações dos reitores das universidades federais, Panizzi falou do principal: "o que mais nos preocupa é a questão do ente jurídico, que diz respeito à verdadeira autonomia". Na opinião da reitora da Ufrgs, a proposta do MEC não garante nenhum tipo de liberdade de gestão para as universidades públi-

cas porque mantém o tratamento das instituições dentro do atual regime autárquico e de fundações que engessa principalmente a autonomia administrativa e orçamentária do sistema. O próprio ministro confirmou a intenção de manter a natureza jurídica das universidades federais como um dos primeiros pontos das diretrizes apresentadas no vídeo. "A proposta do MEC mantém o controle do Estado sobre as universidades", declarou o reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Ivonildo do Rego, que também gravou entrevista na fita da Andifes.

A exposição das pró-reitoras foi mais informativa. Galarraga apontou a falta de interesse do MEC no tratamento da política de pessoal uma vez que o regime de trabalho e a carreira dos docentes e funcionários não serão tratados na lei, mas no contrato de desenvolvimen-

to institucional. Maria Alice Lahorgue revelou alguns dados financeiros que podem agravar ainda mais o problema da falta de recursos, vivenciado por todas as instituições. Ao contrário do projeto da Andifes, que prevê a subvenção de 75% dos 18% da receita líquida de impostos para as universidades federais, as diretrizes do MEC não garantem recursos fixos para a manutenção do financiamento. Lahorgue lembrou que o próprio texto do MEC enfatiza que existirá apenas a "garantia de um orçamento global, fixado a partir de critérios objetivos de desempenho institucional". A pró-reitora defende que será necessário haver uma transição lenta, garantindo mais recursos do que existem hoje até que a realidade seja readequada. "O ajuste deve ser feito fora do modelo, senão voltaremos ao balcão para pedir recursos", afirma a pró-reitora.

ASSESSORIA JURÍDICA

Nossos males são os males dos servidores

Estamos vivendo um período absolutamente atípico no que se refere à assessoria jurídica sindical: um número cada vez maior de servidores, justificadamente angustiados, demandam informações ao nosso escritório, nem sempre sendo atendidos com a atenção e agilidade que merecem. É uma verdadeira "avalanche" motivada pela coincidência da ocorrência de uma série de agressões aos seus direitos – como "descontos da seguridade social" e Reforma da Previdência, entre outros –, e de atos protelatórios do governo em relação à ações como a dos "28 por cento". Não temos dúvida de que as informações que demandam constituem um direito dos servidores, e de que prestá-las é uma responsabilidade do escritório.

Ser operador do Direito hoje, particularmente para quem atua na área trabalhista e na defesa dos servidores, implica em confrontar não apenas o autoritarismo do governo e a subordinação do Congresso aos imperativos neoliberais; mas especialmente enfrentar o próprio Judiciário, cujos tribunais superiores submetem-se passivamente à tutela do Poder Executivo.

Assistimos quotidianamente ao desplorável espetáculo da desconsideração sistemática, pelo próprio Poder que deveria ser guardião da Constituição – o Judiciário –, dos direitos fundamentais nela inscritos, e a sonegação dos direitos sociais por parte de quem deveria tutelá-los, configurando um

quadro de destruição do Estado Democrático de Direito.

Temos feito um esforço enorme para superar a postura conservadora da maioria do Judiciário, para contrapor argumentos jurídico-políticos ainda mais consistentes, para fundamentar nossas teses à exaustão, para acelerar o andamento e execução dos processos. Entretanto, defrontamo-nos com o engessamento do aparelho judiciário, a lentidão e o formalismo da estrutura burocrática, sua opacidade e impermeabilidade, perpetuadas pela concentração de poder na cúpula da Instituição.

A mera diligência dos advogados ou a combatividade das entidades sindicais já não é suficiente para reverter essa situação intolerável. Impõe-se a realização de profundas reformas democráticas no Poder Judiciário, o que só será possível se reconhecermos a gravidade da crise e promovermos um amplo movimento da cidadania capaz de impor, de fora para dentro, da sociedade para o Estado, o controle público sobre a Instituição.

Nosso escritório, que representa os professores e servidores da Ufrgs, reconhece que todo o esforço que desenvolve, especializando permanentemente seus 20 advogados e 2 peritos; treinan-



do sua equipe de estagiários e aperfeiçoando seus 17 funcionários; aprimorando o sistema de informática; ampliando as formas de comunicação, com 4 endereços eletrônicos e 11 linhas digitais de telefone, é ainda insuficiente para responder aos problemas que decorrem da crise do Judiciário.

Temos consciência de que o atendimento que prestamos aos nossos clientes não atingiu o padrão que perseguimos, fenômeno que é comum a todas as organizações atingidas pelos efeitos da política neoliberal, como a própria universidade pública e as entidades sindicais. Como elas, nos ressentimos com o fenômeno do excesso de demanda – face ao grau crescente de agressões aos direitos – em relação aos recursos de que dispomos e ao meio profundamente hostil em que atuamos.

Mas, como os servidores públicos e os dirigentes sindicais, não nos resignamos, porque também temos uma

aguda consciência do nosso papel social. Nesse sentido, estamos ultimando a elaboração de um projeto global de gestão de processos, informação e comunicação, que queremos implementar ainda ao longo de 1999. Mas não temos a ilusão de que sem radicais transformações na estrutura e ideologia do Judiciário, o quadro atual possa ser transformado qualitativamente.

Temos a fundada expectativa de continuar respondendo dignamente ao nosso compromisso com a Justiça. Da nossa trajetória – 25 anos defendendo o Direito – são testemunhas todos os servidores da Ufrgs que ao longo da nossa História, conferiram-nos a honra de representá-los e de defendê-los da ilegalidade e do arbítrio de sempre, e hoje também da arrogância e cinismo do governo Fernando Henrique.

Obs.: Texto elaborado por Genro, Camargo, Coelho, Maineri e Adv. Assoc. S/C, que assessorava a Adufrgs.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Ajustes contábeis na Adufrgs permitem equilíbrio financeiro

A atual direção da Adufrgs – Seção Sindical, que assumiu em dezembro de 1998, tem como uma de suas metas de gestão a racionalização e a adequação das receitas e despesas da entidade. Como se sabe, estamos a cerca de cinco anos sem nenhum reajuste salarial. A Adufrgs mantém suas atividades a partir da contribuição de seus associados que, portanto, está praticamente congelada há muito tempo.

No mês de janeiro, a partir da saída do contador que prestava serviço à entidade, buscou-se racionalizar as despesas nesse setor e contratou-se uma firma especializada em contabilidade, com custo significativamente menor do que a manutenção de um funcionário exclusivo para esse setor.

Esta empresa, inclusive, vai prestar auxílio na elaboração de um planejamento gerencial que vai permitir o equilíbrio financeiro da Associação, viabilizando a manutenção das atividades sindicais sem a necessidade das receitas advindas dos rendimentos das apli-

cações financeiras. Estes fatos provocaram um pequeno atraso na publicação dos balancetes.

Em fevereiro, a partir da receita proveniente do desconto da GED (aprovado em Assembléia Geral) as receitas e as despesas ficaram equilibradas. Assim, o rendimento das aplicações financeiras se constituirão em acréscimo do patrimônio financeiro da Adufrgs.

Nesse sentido, e pelos motivos acima colocados, a diretoria está publicando os balancetes acumulados de janeiro a abril de 1999. A partir de agora, os mesmos deverão ser publicados mensalmente no ADVERSO para que os sócios sindicalizados possam acompanhar as contas de sua seção sindical. Para qualquer esclarecimento e detalhamento das contas, a Adufrgs coloca-se à disposição por meio de sua Tesouraria. Com estas medidas, a entidade mantém-se na luta para racionalizar os gastos por entender que esta é uma questão política, principalmente neste momento de dificuldades econômicas.

| ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS | | | | CNPJ nº 90.757.204/0001-64 |
|---|--------------|--------------|--------------|----------------------------|
| PRESTAÇÃO DE CONTAS – BALANCETES DE JANEIRO À ABRIL DE 1999 | | | | |
| BALANCETES – VALORES MENSais - 1999 | | | | |
| RUBRICAS / MESES | JAN | FEV | MAR | ABR |
| ATIVO | 1.006.759,52 | 1.010.402,36 | 1.016.264,91 | 1.034.107,12 |
| FINANCEIRO | 780.052,11 | 783.694,95 | 789.557,50 | 804.400,71 |
| DISPONIVEL | 754.851,34 | 753.314,51 | 759.969,60 | 774.268,85 |
| CAIXA | 5.431,28 | 495,34 | 631,49 | 617,84 |
| BANCOS | 749.430,05 | 752.819,17 | 759.338,11 | 773.651,01 |
| REALIZÁVEL | 25.190,77 | 30.380,44 | 29.587,90 | 30.131,86 |
| ATIVO PERMANENTE | 226.707,41 | 226.707,41 | 226.707,41 | 229.706,41 |
| BENS MÓVEIS | 113.675,53 | 113.675,53 | 113.675,53 | 116.674,53 |
| BENS IMÓVEIS | 158.523,19 | 158.523,19 | 158.523,19 | 158.523,19 |
| (-DEPREC. ACUMULADAS) | 45.491,31 | 45.491,31 | 45.491,31 | 45.491,31 |
| PASSIVO | 1.013.896,20 | 1.021.671,04 | 1.019.126,79 | 1.019.707,04 |
| PASSIVO FINANCEIRO | 13.944,80 | 21.719,64 | 19.175,39 | 19.755,64 |
| OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS | 3.594,86 | 8.947,68 | 3.370,63 | 946,85 |
| OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS | 10.349,94 | 12.771,96 | 15.804,76 | 18.808,79 |
| SALDO PATRIMONIAL | 999.951,40 | 999.951,40 | 999.951,40 | 999.951,40 |
| ATIVO LÍQUIDO REAL | 616.733,25 | 616.733,25 | 616.733,25 | 616.733,25 |
| SUPERAVIT ACUMULADO | 383.218,15 | 383.218,15 | 383.218,15 | 383.218,15 |
| RUBRICAS / MESES | JAN | FEV | MAR | ABR |
| RECEITAS | 57.275,12 | 59.282,83 | 87.152,85 | 77.960,73 |
| RECEITAS CORRENTES | 48.426,02 | 48.509,57 | 74.347,70 | 67.177,32 |
| RECEITAS DE CONTRIB. PARTICIP. AÇÕES COLETIVAS | 48.426,02 | 48.509,57 | 63.177,39 | 63.538,02 |
| RECEITA C/ENDA DE MATER. | | | 11.170,31 | 3.638,30 |
| RECEITAS PATRIMONIAIS | 8.253,82 | 10.773,26 | 9.800,32 | 10.698,41 |
| RECEITAS FINANCEIRAS | 7.603,82 | 10.523,26 | 9.250,32 | 9.798,41 |
| RECEITAS PATRIM. DIVERSAS | 650,00 | 250,00 | 550,00 | 900 |
| OUTRAS RECEITAS | 595,28 | | 3.004,83 | 85,00 |
| RECUPERAÇÃO DE DESPESAS | | | 3.004,83 | 85,00 |
| DESPESAS | 64.411,80 | 63.414,83 | 78.746,05 | 62.453,17 |
| DESPESAS CORRENTES | 64.411,80 | 63.414,83 | 78.746,05 | 62.453,17 |
| DESPESAS COM CUSTEIO | 24.288,62 | 15.653,44 | 27.941,21 | 19.583,78 |
| DESPS.C/ PESSOAL | 16.496,07 | 11.771,33 | 14.007,03 | 10.888,19 |
| DESPS.C/ OCUP. E SERVIÇOS | 4.337,19 | 1.014,81 | 10.134,46 | 5.181,79 |
| DESPS.DIVERSAS C/CUSTEIO | 3.455,36 | 2.867,30 | 3.799,72 | 3.513,80 |
| DESPS.C/ ATIV. ASSOCIATIVAS | 27.030,68 | 34.538,39 | 33.905,84 | 25.880,39 |
| DESPS.C/ PESSOAL | 12.297,51 | 14.219,59 | 9.297,69 | 45.939,68 |
| DESPS.DIVERSAS ASSOC. | 14.733,17 | 20.418,80 | 24.608,15 | 15.755,62 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 13.092,50 | 13.123,00 | 16.899,00 | 16.989,00 |
| CONTRIBUIÇÕES P/ ANDES | 10.692,50 | 10.717,00 | 13.766,00 | 13.838,00 |
| CONTRIBUIÇÕES P/ CUT | 2.400,00 | 2.406,00 | 3.133,00 | 3.151,00 |
| RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS | (7.136,68) | (4.132,00) | 8.406,80 | 15.507,56 |
| RESULTADOS ACUMULADOS | (7.136,68) | (11.268,68) | (2.861,88) | 12.645,68 |

Erguei as mãos... Tiazinha!

O sucesso, do dia para noite, de pessoas lançadas pela mídia já se tornou um fenômeno no Brasil. De repente, ilustres desconhecidos, sem pedir licença, invadem nossos lares, nossas vidas se proclamando ídolos disso ou daquilo. São os fantoches da mídia. Causa perplexidade como isso acontece com tanta facilidade. Mas por que isso acontece?

Começarei citando alguns exemplos. Fernando Collor, ex-governador do estado de Alagoas, foi eleito presidente da República graças ao apoio da mídia que divulgou sua campanha baseada na perseguição aos funcionários públicos sob o slogan "caça aos marajás". O desfecho, todos nós sabemos no que deu: depois de saquear a população, retendo o dinheiro da poupança e da conta corrente, foi indiciado no esquema de corrupção e teve seu mandato cassado pelo processo de impeachment. Exemplos de políticos que se elegeram governadores, deputados, vereadores que se beneficiaram depois de ter tido alguma relação com a mídia, não faltam. Poderia citar vários casos.

No meio artístico, é muito comum ocorrerem "sucessos" inesperados. As emissoras de televisão, na luta pela audiência, rapidamente veiculam, badalam em cima de "talentos" que ela mesmo cria e se encarrega de promover. Veja, por exemplo, o caso da Xuxa, da Débora Rodrigues...

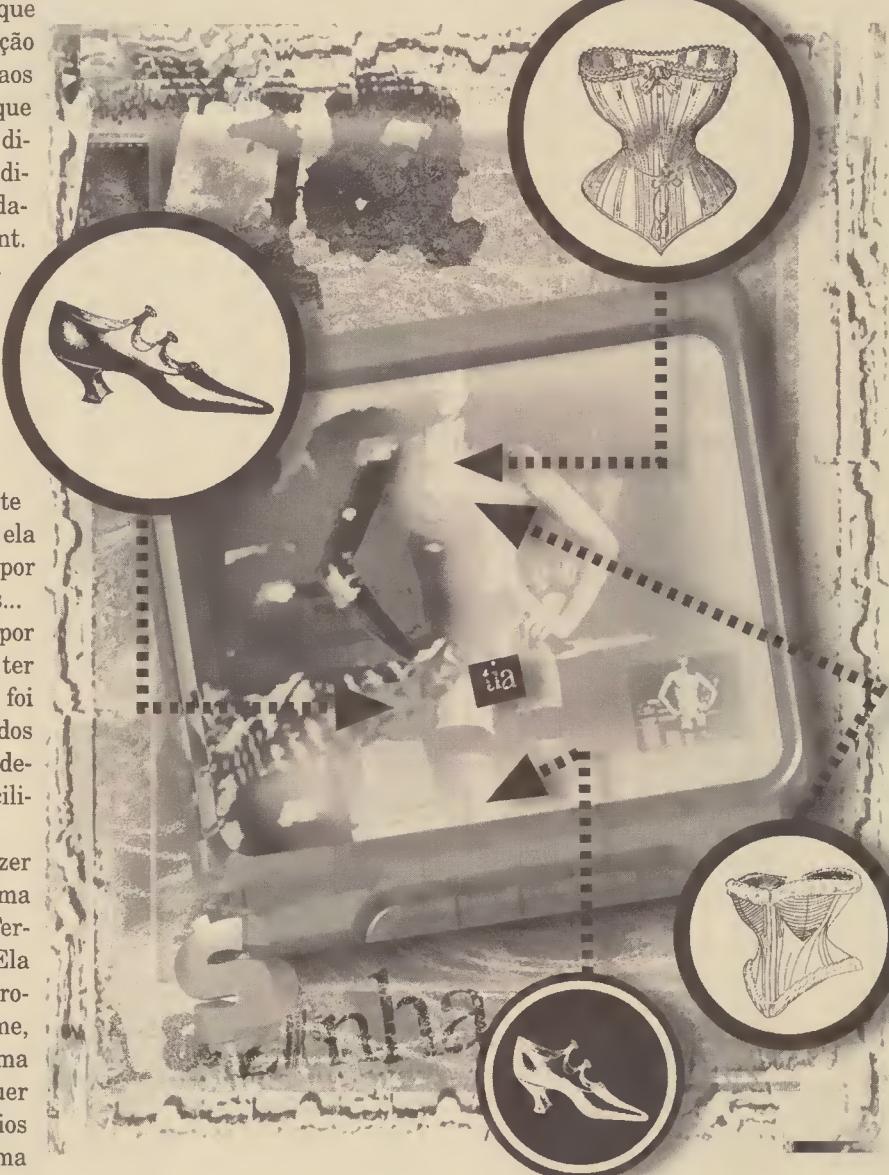
Maria da Graça Meneghel, mais conhecida por Xuxa, iniciou sua carreira como modelo e, após ter tido um suposto relacionamento com Pelé, foi transformada pela Rede Globo em "rainha dos baixinhos". Na mesma emissora de televisão, deu-lhe um programa infantil que mais imbeciliza do que educa as crianças.

Débora Rodrigues, a sem-terra, para não dizer literalmente a sem-nada, após ter provocado uma polêmica com o líder do Movimento Sem-Terra (MST), pousou nua para revista Playboy. Ela teve dois ou três meses de glória, ganhou um programa no SBT, "Fantasia", aliás, faz jus ao nome, e hoje, poucos ainda a lembram. Tornou-se uma garota-propaganda da emissora, como qualquer outra daquelas que ficam alisando os prêmios oferecidos pelo Baú da Felicidade no programa do Sílvio Santos aos domingos. Na época, poucos entenderam a posição e o protesto do líder do MST a respeito da questão. A mídia agiu politicamente pois, ao erotizar a sem-terra, pretendia despolitizar o Movimento Sem-Terra. O tiro saiu pela culatra. Ela, ao se vender, foi expulsa do MST, atendeu sua ânsia de consumo, resolveu o seu problema imediato, comprou seu apartamento que tanto queria, mas o problema social dos Sem-Terra não foi resolvido. A questão da distribuição da terra e da reforma agrária continuam sem solução. Ganhou o brilho de estrela e se apagou porque a luz que tinha não era sua, mas dos holofotes da televisão. Talvez, se tivesse recusado a proposta recebida, pelo menos, fosse lembrada. Fatalmente, como outros, irá cair no esquecimento, pois foi fabricada para ser esquecida.

Em outros tempos, as pessoas tornavam-se famosas, conhecidas, ilustres e célebres porque tinham ideais, projetos de vida e de sociedade, cujo objetivo era melhorar a coletividade e dignificar o ser humano. Hoje, com auxílio dos meios de comunicação, conhecemos pessoas como se elas não tivessem história. No passado, eles se destacavam porque tinham talentos e coragem de enfrentar as resistências e denunciar as injustiças dos regimes políticos e dos sistemas econômicos da época em que viveram. Sem medo, proclamavam seus princípios, filosofias e idéias a todos. Assim, a história conheceu vários líderes religiosos, estadistas. Hoje, ao contrário, as "pessoas" são

iguais a bonecos, sobressaem-se pela ausência, pelo nada, por aquilo que não possuem, pelo vazio. Esse é o truque da mídia.

Recentemente mais dois fantoches foram lançados pela mídia. Um deles, o padre Marcelo Rossi, tenta neutralizar a concorrência de outras religiões. A igreja católica, na figura de Marcelo, exalta Cristo como se Ele estivesse sendo descoberto agora. A fé é revivida em pulos, saltos e gritos. Em forma de



espetáculo realiza-se a missa, cantando, impondo, "erguendo as mãos", para o alto, no vazio, em busca do Senhor. Como se Jesus precisasse de toda essa encenação! Quem precisa disso somos nós. O outro é a Tiazinha. Os dois mereceriam análise, mas vou me deter na segunda.

Atia referida pela mídia pouco tem a ver com o vínculo de parentesco, marcado pela afetividade e pelo respeito da relação parental de ser a irmã do pai ou da mãe. A tia é a figura transgressora. Ela está, no nível imaginário, localizada no campo das possibilidades da realização do desejo. Ela é uma mistura de partes do pai e da mãe que são igualmente recalados. Ela é dúbia. As tias são amadas ou odiadas. Possuindo os dois elementos, precisa exibir-se mascarada. A máscara preta "do zorro", usada pela "Tiazinha", tinha como finalidade proteger o herói destemido da televisão dos anos 70, dos ataques e possíveis perseguições dos inimigos, pois ele praticava a justiça a favor do povo oprimido. A máscara foi estetizada e descolada do seu contexto original; portanto, esvaziada de sentido. O "chicote" representa a ausência daquilo que ela não tem, o falo (pênis). Assim ele precisa ser bem evidenciado, comprido. Como objeto, ele pode ser introduzido, pode esfoliar, bater e produzir prazer. O salto do sapato estaria nesta mesma categoria. Ambos são fetiches

que simbolizam os desejos inconscientes relacionados ao masculino, enquanto a nudez, o corpo bem feito, as roupas íntimas e, sobretudo, a beleza, além de promover o narcisismo, o culto ao seu próprio corpo, são atributos associados ao feminino.

As peças íntimas como o corpete, o espartilho e a cinta-liga lembram a indumentária usada pelas mulheres da noite, que vendem o corpo e utilizam todo seu charme

e poder de sedução para atrair os seus clientes. Os sussurros e movimentos do corpo são detalhes importantes, pois fazem parte do jogo do "faz que dá, mas não dá". Daqueles que prometem e não cumprem. Do sonho que não se realiza. Além de serem capazes de excitarem a imaginação e múltiplas fantasias, abrindo uma gama de possibilidades no campo do desejo. Aliás, o diminutivo "-inha" é um misto de afetividade e dengo como "mainha", "queridinha". No entanto, quando se diz "tiazinha", há uma ambigüidade de sentido no uso de "inha". Ele aparece como objeto, no caso erotizado com "coisinha", "lindinha", algo equivalente à expressão "bonitinha, mas ordinária".

Na concepção de Lacan, o uso desses objetos ou adereços assemelham-se à função do véu e da cortina, pois se realizam com imagem por aquilo que não são, por aquilo que lhes falta e somente a fantasia e a simulação podem dar. Eles ocupam a mesma posição do véu entre o sujeito e o objeto. Conforme o autor, "sobre o véu pinta-se a ausência. Isso não é mais que a função de uma cortina qualquer. A cortina assume valor, seu ser e sua consistência justamente por aquilo sobre o que se projeta e se imagina a ausência. A cortina é, se pudermos dizê-lo, o ídolo da ausência" (Lacan 1995 p.157).

No fundo, estamos imersos em uma sociedade que valoriza a cultura do imediato, do efêmero, onde o sentido é a ausência do sentido. Ao tentarmos preencher esse vazio com objetos, fetiches, pastiches, nos tornamos ainda mais ocos. Eles prometem marcar sem deixar marca nenhuma. Assim, o acesso a esse tipo de consumo desmobilizou a nossa consciência (razão) de tal forma que nos submetemos a constantes políticas recessivas dos governos sob a promessa de que a "crise" é passageira. A sociedade de consumo embruteceu nossos sentimentos e empobreceu o espírito, tornando-nos cada vez mais insensíveis em relação aos problemas coletivos. A cada dia, estamos tendo que conviver com índices cada vez maiores de desempregados, criminalidade, prostituição infantil, miséria, insegurança, neuroses entre outros problemas mentais.

A Tiazinha é o símbolo do fetiche, senão o próprio, e como tal não são apenas os seus atributos físicos que lhe dão "valor", mas as imagens encobertas pelo disfarce, pela simulação e pelo jogo de sedução, e do que eles prometem proporcionar. No seu lugar, qualquer outra mulher poderia ser transformada nesta personagem, desde que estivesse de acordo com os interesses da mídia e dos que lhe dão tal poder. Ao ser apresentada como uma espécie de mascote, acabamos consumindo como imagens e fantasias e por elas somos consumidos e devorados. Nossa capacidade crítica fica praticamente anulada, à medida que nos é colocada como objeto da libido. Isso evidencia um sintoma, um sinal que, no mínimo, deve ser pensado, pois reflete o tipo de sociedade em que estamos vivendo e os valores sob os quais a sociedade está alicerçada.

LACAN, Jacques. *O seminário livro 4: a relação de objeto*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995

Reconheça-me ou te devoro

Observações sobre a violência do adolescente contemporâneo

A tragédia de Littleton, nos EUA, onde dois adolescentes suicidaram-se após terem executado 12 colegas e um professor, trouxe à tona, mais uma vez, a perplexidade do mundo adulto diante da adolescência dos anos 90. Questões como a iniciação cada vez mais precoce da vida sexual e a descartabilidade do "ficar", já traziam interrogações acerca dos destinos dos adolescentes. Entretanto, os atos delinqüentes e a violência pareciam não fazer parte da adolescência de nossos alunos, filhos, sobrinhos... Até pouco tempo, eram imaginariamente reservados aos adolescentes da "margem", aos "excluídos". Por mais que existisse aí o "esquecimento" de atos como os cometidos por adolescentes de Brasília contra um índio, e que os consultórios de psicanalistas estivessem, cada vez mais, sendo freqüentados por meninos de classe média que tentam fazer da delinqüência um pedido de ajuda, ainda assim, a violência de nossos adolescentes parecia não fazer parte do cotidiano.

Eric Harris e Dylan Klebold, os meninos da Columbine High School, há algum tempo vinham dando mostras de que seu imaginário era fértil em fantasias agressivas. Sangue e morte eram temas recorrentes em seus trabalhos escolares e em seus websites. Às fantasias seguiram-se os atos, tais como a compra de armas e a construção de explosivos, um arsenal guardado em casa e que não foi percebido pelos pais. Ao que tudo indica, o ato dos meninos já vinha se ensaiando há algum tempo, mas seu discurso não conseguiu encontrar uma escuta.

A ausência de reconhecimento do que vinha sendo anunciado, não só deixou de impedir a tragédia de Littleton, mas também aponta para o enredo que acabou por constituir esta passagem ao ato. A partir da Psicanálise, podemos tomar a delinqüência como um movimento que bordeia a lei e clama por sua presença, sendo uma tentativa de ins-



crição, de reconhecimento. O que vinha sendo falado e produzido pelos meninos parece um movimento desta ordem que não pôde encontrar um desfecho simbólico. Da palavra não reconhecida, apelaram ao ato. A falta de reconhecimento está no núcleo deste drama. Alunos de uma escola americana de classe média-alta onde a beleza e o talento para os esportes são organizadores de uma hierarquia de grupos, Eric e Dylan passavam desprezados. Faziam parte da "Máfia da Gabardine", mas diante da multiplicidade de tribos e gangues que caracterizam a adolescência dos anos 90, não inscreviam no mundo nenhuma diferença... até o dia 20 de abril de 1999.

Assim como qualquer jovem de sua idade, Eric e Dylan tinham a tarefa adolescente pela frente: deveriam deixar a infância e assumir posições na vida, fundando outras referências simbólicas que sustentassem sua existência fora da família e permitissem um trânsito pelo social. O drama que afeta a adolescência contemporâ-

nea é a necessidade de dar conta, subjetivamente, daquilo que a tradição garantia e determinava nas sociedades pré-modernas. Afinal, para um indiozinho não haviam muitas escolhas, seu futuro estava traçado e legitimado pelos rituais. Hoje é preciso que o adolescente se torne alguém numa cultura onde os valores universais são colocados à mercê da escolha dos indivíduos, numa sociedade narcisicamente organizada, onde cada um vale pela sua diferença e busca ser reconhecido em sua singularidade.

Emerge uma questão: por que buscar na violência um traço para inscrever no mundo sua diferença?

É importante perceber que nossa cultura individualista traz "de brinde" uma agressivização nas relações sociais. Por buscarmos um reconhecimento através de nossa singularidade, entramos num campo onde a sobrevivência de um implica na extinção do outro. A concorrência, o "puxar de tapetes" e as brigas por territórios são herdeiras desta condição da cultura. Para uma implementação da violência, alia-se aí uma outra carater-

rística do individualismo: aquilo que ocorre ao vizinho não me diz respeito. Os meninos de rua incomodam? Então vamos fechar o vidro do carro, não olhar seus olhos de fome. Bandidos? Que morram! Um dia desses, no centro da cidade, um ônibus inteiro assistia à perseguição de um assaltante por um policial, gritando: "Mata, mata!". Extinguir o outro virou moeda corrente, alternativa fácil.

Talvez nossa dificuldade em reconhecer que os adolescentes estão cada vez mais violentos responda a uma necessidade de sustentar uma convivência possível, pois se isso não fosse recalcado viveríamos em um paroxismo insuportável. No entanto, esta opção não deveria nos eximir de pensar que aí temos um papel.

Nos bastidores destas cenas violentas, ocupamos um lugar. Não podemos esquecer de que o adolescente recolhe do Outro social os ideais com os quais vai poder constituir-se. Se estão vivendo romances frívolos e relações descartáveis no campo do amor e da sexualidade e se a violência tornou-se uma forma de tentar demarcar sua diferença e inscrever sua singularidade, é por que, de algum modo, estes são ideais que estamos lhes oferecendo, mesmo que não queiramos saber disso.

Podemos aprender com a tragédia de Littleton se lançarmos mão do que a Psicanálise nos revela: aquilo que não encontra espaço para ser elaborado simbolicamente – através da fala, da escrita, da produção artística ou outras formas de expressão – acaba se colocando em ato. É o risco que corremos ao não reconhecer e delegar peso às falas, movimentos e produções dos adolescentes, que vivem um momento no qual "se fazer reconhecer" é determinante para sua constituição subjetiva. Como Édipo diante da Esfinge, no "decifra-me, ou te devoro", nossa única saída é colocarmo-nos a decifrar estes enigmas da adolescência que, no final das contas, podem revelar-se belos percursos, e esperamos destinos menos trágicos.

ORELHA



Dança, o enigma do movimento

Mônica Dantas

Propõe uma reflexão sobre a dança como arte e linguagem, estruturando conceitos de forma, técnica e poesia que permitem compreender a dança como uma ação que transforma a mecânica do corpo em arte. Editora da Universidade. 126 p.

O teatro no Rio Grande do Sul

Lothar Hessel

Oferece uma visão geral do teatro como a principal distração dos gaúchos desde seus primórdios até hoje. Editora da Universidade. 215p.

Fruticultura Tropical 5: ABACAXI

Ivo Manica

É o quinto livro da série que trata da fruticultura tropical, desde a importância econômica, planejamento e instalação da cultura até a industrialização. Editora Cinco Continentes. 501p.

HEMEROTECA

Jornais Diários

Zero Hora

Correio do Povo

Jornal do Comércio

Folha de S. Paulo

WWW

Viagem

www.city.net

Informações detalhadas para planejar sua viagem

WWW Library

www.vlib.stanford.edu

Biblioteca virtual da Universidade de Stanford

AD NAUSEAM



“A GED é um instrumento de remuneração, não de avaliação”

Renato Dagnino é encarregado, no Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), dos temas de avaliação Universitária e de Política de C&T. Nesta entrevista ao ADVERSO, Dagnino faz um balanço dos sistemas de avaliação e de pontuação, necessários para obtenção da Gratificação de Incentivo à Docência (GED).

ADverso – *Essa dispersão de resultados na pontuação da GED deve-se a diferenças de critérios ou a disparidades nas universidades?*

Renato Dagnino – Há uma característica do governo de não preocupação com políticas de longo prazo que começa com um processo de formulação de políticas, seguida de uma fase de implementação e finalmente vem a avaliação, que deve ter como resultado novo ciclo de formulação e implementação. A GED aparece como política de avaliação sem que tenha sido precedida das duas fases iniciais. Foi dada às universidades alta discricionalidade no que diz respeito à implementação da GED, de tal forma que as atividades que compõem o elenco da tarefa docente foram pontuadas em cada Ifes (Instituição Federal de Ensino Superior) de maneira distinta. Atividades como orientação aos alunos, participação em banca e participação em eventos, por exemplo, ficaram com pontuação a ser determinada em cada Ifes. Em consequência, a variabilidade é muito grande. Surgiu a hipótese de que essa diferença de critérios de pontuação seria uma das causas que explicaria a diferença nas Ifes de porcentagem de professores que obtiveram o máximo da pontuação da GED. No total das Ifes, 65% dos professores obtiveram o máximo de 140 pontos. Mas há variação muito grande, desde um Cefet do Rio de Janeiro, onde 100% dos professores obtiveram 140 pontos, até um Cefet de Minas Gerais, onde cerca de 15% dos professores tiveram essa pontuação.

Adverso – *Há uma tendência de uniformização de critérios de pontuação e, se for o caso, isso é desejável?*

Dagnino – Essa é a grande questão. Nós consideramos que a GED não é de fato um instrumento de avaliação e, sim, um instrumento de remuneração. É muito menos uma ferramenta para avaliação institucional. O senso comum pode pensar que as universidades que tiveram mais 140 pontos são melhores que outras que não tiveram. Esse raciocínio pode ser utilizado pelo governo para alocação de recursos com o advento da autonomia. Como não existe nenhuma política de avaliação e nem as pró-

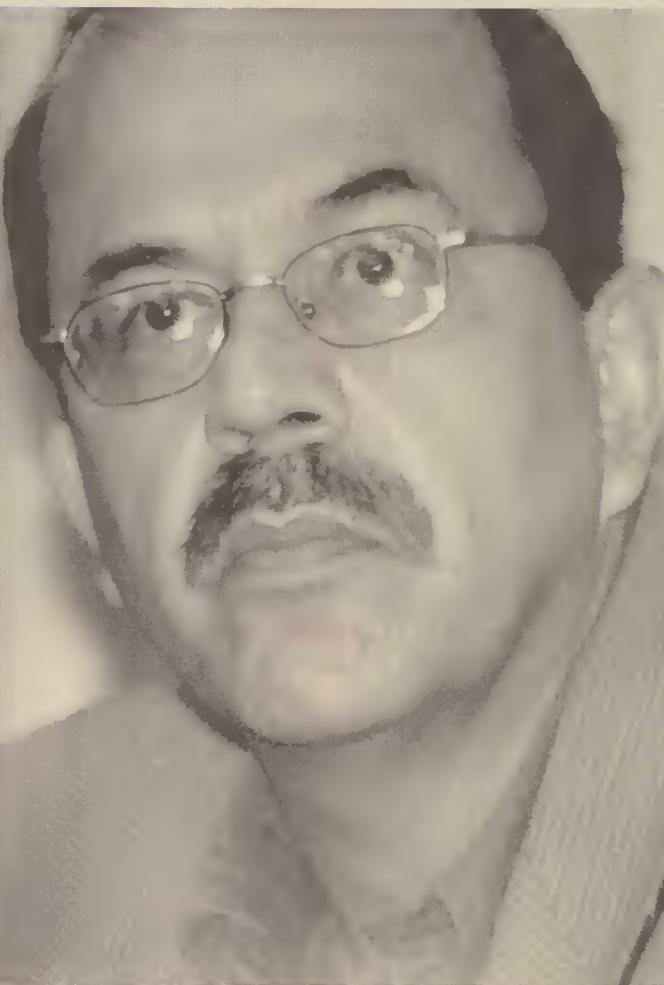
prias universidades enunciaram qual o seu projeto para os próximos 10 ou 20 anos, o governo, que tem recurso para alocar, vai tender a utilizar resultados como esse que a GED está oferecendo. Mas necessário dizer que a GED provocou uma mudança na cultura institucional da universidade. Hoje é mais difundida a idéia que a universidade e os seus integrantes devem ser avaliados.

Adverso – *O senhor já disse que a GED tem a potencialidade de construir uma universidade socialmente referenciada. Como conciliar isso com as críticas que se faz à gratificação?*

Dagnino – Os critérios estabelecidos em cada Ifes não parecem refletir uma tentativa de induzir a um determinado tipo de comportamento. Há muita diferença nos critérios de pontuação. A hipótese que faço é que a decisão de não valorizar uma atividade pode ser explicada pela pouca frequência com que ela é realizada. É nesse vácuo que a Andes deve atuar com o objetivo de induzir à transformação da universidade brasileira. Uma universidade não se transforma a partir das atividades ligadas diretamente ao ensino mas, sim, em função da orientação que dá à pesquisa. As universidades que merecem o nome no mundo inteiro tendem a ir forçando seu potencial de pesquisa para os temas que a sociedade sinaliza. A qualidade é controlada pelos pares mas tem como fundamento um critério de relevância. Essa atividade de pesquisa é que vai alterando os currículos das disciplinas e o perfil dos egressos. Vale notar que isso não ocorre nos países periféricos como o Brasil.

Adverso – *É disfuncional para esse modelo e para outro modelo alternativo que va no sentido de uma crescente democratização da sociedade?*

Dagnino – O conhecimento gerado pela forma tradicional de exploração da fronteira do conhecimento científico tende a gerar conhecimento que serve aos países líderes em ciência e tecnologia e às grandes empresas multinacionais. Essa dinâmica convencional não nos serve. Veja que apenas sete países investem mais do que se investe nos demais países do mundo. As 20 maiores



Dagnino: A GED difundiu idéias de avaliação institucional

mais legitimadas socialmente. Instrumentos como o provão, na ausência de avaliação institucional, pode levar a uma penalização das universidades periféricas que não se inserem ou não conseguem se inserir nessa dinâmica internacional. O que, aliás, é reforçada em nosso país pelos mecanismos de avaliação das agências federais de fomento cujos critérios são definidos sem que essa comunidade científica se dê conta de que esses critérios não devem ser tomados como absolutos. Essa tendência pode nos levar a um *apartheid* nas universidades brasileiras, onde vamos ter escolões de terceito grau. É contra isso que a Andes crescentemente vem lutando, contra essa situação de *apartheid* que poderia levar, no futuro, à destruição da capacidade dessas universidades periféricas em atender as demandas que a sociedade vai colocar

Adverso – *Quais são as críticas em relação à GED?*

Dagnino – O que está colocado implicitamente é que atribuição da pontuação por atividade estaria influindo de alguma forma na distribuição de pontuação dos professores de diferentes Ifes. Estaria ocorrendo um componente espúrio de coeficiente de generosidade, mascarando o que poderia se chamar de qualidade de cada universidade. Ou seja, que algumas universidades estariam remunerando melhor seus professores não porque teriam de fato melhor qualidade mas porque tivessem sido mais generosa na atribuição de pontos a cada atividade.

Adverso – *Essa generosidade não levaria em conta o conjunto do trabalho docente, que envolveu a participação das ADs?*

Dagnino – Essa hipótese de que maior participação das Associações Docentes poderia levar a uma maior pontuação não é verificada empiricamente. Quando se faz a correlação de universidades com percentagem de docentes com 140 pontos com as Ifes ordenadas segundo indicadores de generosidade, verifica-se uma dispersão muito grande, de tal forma que não é válido afirmar que a generosidade levou a um maior percentual de docentes com 140 pontos. Não obstante, nas reuniões regionais há a grande preocupação quanto a essa tabela de atribuição de pontos por atividade buscando uma convergência de critérios. Essa preocupação é muito perigosa porque implicitamente procura na conveniência da comparação entre as universidades. Achamos que a GED é o que ela não deve ser. A GED é um mecanismo de remuneração dos professores pelas tarefas realizadas segundo o critério que a comissão de cada instituição estabeleceu. Tentar comparar as instituições a partir desse instrumento não é legítimo.

